



HOJE MACAU

TERÇA-FEIRA 12-7-2022

MOP\$10

Nº 5048

DIRECTOR CARLOS MORAIS JOSÉ

www.hojemacau.com.mo facebook/hojemacau twitter/hojemacau

Sem escape

Até às 15h do primeiro dia de confinamento parcial, quase mil pessoas tinham sido avisadas pela polícia por correrem na rua, passearem animais e estarem no exterior sem justificação ou sem máscara. A polícia montou barricadas e ao final da tarde foram detidas as primeiras pessoas. As autoridades indicam que suspensão ou prolongamento do confinamento depende do resultado dos testes em massa. ■ PÁGINAS 2 - 3



CONFINAMENTO PARCIAL

PASSEIOS PROIBIDOS

PÁGINA 5

RÓMULO SANTOS



RUI PEDRO CUNHA
**NÃO BAIXAR
OS BRAÇOS**
ENTREVISTA

ECONOMIA
MÃO ESTENDIDA
PÁGINA 4



O ÁLBUM MÍNIMO
PAULO MAIA E CARMO

OPINIÃO
VOLUNTÁRIOS
DAVID CHAN

PUB.

Por si, pelos outros,
vacine-se. Proteja-se da
COVID-19

Marcação da Vacina



Leia o código QR ou insira o sítio
electrónico
[https://eservicos.arem.gov.mo/
covid/vacbook](https://eservicos.arem.gov.mo/covid/vacbook)

Centro de Coordenação de Contingência do
Novo Tipo de Coronavírus

Autocarros Passageiros diminuíram 90%. Emitidos 63 mil passes especiais

Até às 15h do primeiro dia de confinamento parcial circularam, no total, 9.300 passageiros nos autocarros públicos, ou seja, menos 90 por cento do registado no mesmo período da semana passada. Em conferência de imprensa, Chang Cheong Hin, da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), revelou ainda que foram emitidos cerca de 63 mil cartões de permissão especial para andar de autocarro. “Com a aplicação desta medida dos cartões de permissão especial, conseguimos ver resultados muito óbvios”, disse. Em conferência de imprensa, as autoridades foram ainda confrontadas com situações de residentes impedidos de apanhar autocarro para ir ao hospital. Na réplica, o Centro de Coordenação apontou que em muitas paragens de autocarros estão funcionários para ajudar a solucionar estes problemas, mas que bastará apresentar um comprovativo de consulta ou a receita médica para a entrada no autocarro ser garantida.

Casinos Acções caíram após confinamento parcial

As acções das operadoras de jogo de Macau caíram durante a sessão de ontem da bolsa de valores de Hong Kong, no primeiro dia em que a cidade encerrou as actividades não essenciais, incluindo casinos. A empresa mais afectada foi a Melco International Development Ltd, que viu as suas acções caírem 7,13 por cento, enquanto as acções da Wynn Macau Ltd fecharam a perder 6,68 por cento e as da Sociedade de Jogos de Macau (SJM) Holdings Ltd caíram 6,65 por cento. A SJM opera o casino Grand Lisboa, encerrado desde 5 de Julho com cerca de 500 funcionários e hóspedes no interior devido a um surto de covid-19. Também as acções do Galaxy Entertainment Group Ltd perderam 4,93 por cento na sessão de ontem, enquanto as da MGM China Holdings Ltd caíram 5,36 por cento.

Preços Supermercados pedem desculpa por erros

Vários residentes queixaram-se nos últimos dias de etiquetas com preços exorbitantes em produtos à venda em supermercados. Um dos exemplos é uma embalagem pequena de kiwis no supermercado Royal, com um valor de 219 patacas. Segundo o jornal Ou Mun, o responsável pela cadeia de supermercados pediu desculpa e declarou tratar-se de erro de um funcionário que colocou o preço de uma embalagem de 22 kiwis num pacote com quatro frutos. Outros erros foram também corrigidos, tendo sido pedido aos trabalhadores maior rigor na hora de colocar os preços nos produtos. Houve também queixas de residentes sobre preços errados de produtos à venda nos supermercados San Miu, nomeadamente através da partilha nas redes sociais de uma imagem de um pedaço de melancia com preço superior a 1.700 patacas.



FACEBOOK

SURTO

MAIS DE 900 REPAROS POR CORRER, PASSEAR ANIMAIS OU NÃO USAR MÁSCARA

RÓMULO SANTOS



Preso por

Ontem não foram aplicadas sanções ao abrigo das regras de confinamento parcial, mas 954 pessoas foram alvo de reparos das autoridades por correr na rua, passear animais de estimação, andar sem motivo na rua ou por não usar máscara. Ainda assim, ao final da tarde, pelo menos, duas pessoas foram encaminhadas para o Ministério Público por alegadamente não usarem máscara. Apesar da diminuição de novos casos, Leong Iek Hou diz que o prolongamento ou não do confinamento depende dos testes em massa



ter cão



NAQUELE que foi o primeiro dia do confinamento parcial de Macau, depois de decretada a suspensão de todas as actividades não essenciais, as autoridades não recorreram a sanções, mas acabaram por avisar e sensibilizar, até às 15h de ontem, um total de 954 pessoas por correr na rua, passear animais de estimação, andar sem motivo ou não usar máscara. O número foi revelado ontem por Cheong Kin Ian, dos Serviços de Polícia Unitários (SPU).

“Até às 15h de hoje [ontem] foram emitidos 954 reparos e não foram aplicadas multas. [Os reparos] envolvem, sobretudo, pessoas que estavam a passear animais de estimação, saíram à rua para correr e (...) outras que utilizaram adequadamente as

máscaras. Numa primeira fase, vamos optar por fazer meros reparos, mas, num momento posterior, vamos reforçar as acções de execução da lei e inspecção para entrar na fase de aplicação”, apontou durante a conferência de actualização sobre a covid-19.

Cerca de quatro horas depois da conferência de imprensa, dois indivíduos foram detidos e encaminhados para o Ministério Público ao abrigo das regras impostas durante o confinamento parcial. Até à hora do fecho desta edição, não houve mais detenções confirmadas.

Os indivíduos em questão são ambos trabalhadores não-residentes, um oriundo do Interior da China foi apanhado a praticar atletismo sem máscara, e outro de origem vietnamita suspeito de não usar máscara.

Questionado novamente sobre o facto de os cidadãos estarem proibidos até 18 de Julho, entre outras situações, de sair à rua para passear animais domésticos, Lei Tak Fai, Chefe da Divisão de Relações Públicas do CPSP reforçou, uma vez mais, que a actividade não é considerada “essencial” à luz do despacho emitido pelo Chefe do Executivo que entrou ontem em vigor e referiu que o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) já esclareceu que as idas ao veterinário são permitidas [ver página 5].

“Sobre os passeios dos cães já tinha dito de forma clara que esta não é uma situação prevista no despacho. No entanto, é possível levar animais ao veterinário”, disse.

Durante a conferência de imprensa, a médica Leong Iek Hou lançou novamente

um apelo para que os patrões permitam às empregadas domésticas pernoitar na sua casa, dado que representam um “risco” elevado em termos de transmissão da doença por coabitarem com “muitas pessoas”.

“Tendo em conta que, na maioria dos casos, as empregadas domésticas coabitam com muitas pessoas de diferentes áreas de trabalho (...) se apanharem a doença podem transmiti-la a crianças e idosos da casa onde trabalham, resultando assim em consequências graves. Apelo mais uma vez aos empregadores para disponibilizar um quarto individual ou um espaço adequado para as suas empregadas domésticas ficarem em casa sempre que possível”, disse.

“Esta semana é de suspensão (...). Se vai ser extinguida ou prolongada, essa avaliação vai ser feita conforme os resultados dos testes massivos.”

LEONG IEK HOU MÉDICA

Leong Iek Hou fez ainda um apelo à desinfecção das embalagens dos produtos adquiridos nos supermercados, à limpeza profunda dos frigoríficos, janelas, corrimões e objectos pessoais. Tudo isto, para “evitar a propagação da covid-19 através de superfícies e bens”.

Um dia de cada vez

Leong Iek Hou revelou ainda que, cumulativamente, foram detectados 1.526 casos confirmados desde o início do surto, havendo a registar 59 novos casos no domingo. Apesar da diminuição da tendência diária de propagação comunitária, a responsável sublinhou que este não é o momento de baixar a guarda e que a decisões sobre o prolongamento ou não do confinamento parcial de Macau está dependente dos resultados das rondas de testagem em massa que irão decorrer até ao final da semana.

“Tendo em conta a natureza da estirpe BA5.1, a velocidade de propagação é muito rápida, por isso, se existe uma cadeia de transmissão na comunidade e se não continuarmos a acompanhar esta situação, a breve trecho pode haver uma tendência de aumento drástico. Por isso, não podemos dizer que hoje [ontem] temos boas notícias. Temos de persistir nas nossas medidas anti-epidémicas, incluindo testes em massa, testes antigénio (...) e investigações epidemiológicas”, começou por dizer.

“Esta semana é de suspensão (...) e se vai ser extinguida ou prolongada, essa avaliação vai ser feita conforme os resultados dos testes massivos. No total, temos 10 rondas de testes em massa e vamos ver quais vão ser os resultados das próximas rondas para identificar os pacientes infectados. Isso depende da velocidade do nosso trabalho, porque ainda não sabemos quando a 10ª ronda chegar, se o número de casos vai diminuir de forma drástica. Por isso, ainda não sabemos quais vão ser as próximas etapas”, acrescentou. ■ **Pedro Arede**

ECONOMIA DEPUTADOS PEDEM CELERIDADE NAS MEDIDAS DE APOIO E MAIS SUBSÍDIOS

Sem tempo a perder

Perante o encerramento parcial de Macau, os deputados Chui Sai Peng, Ip Sio Kai e Wang Sai Man consideram urgente que o plano de apoio económico de 10 mil milhões patacas seja lançado e melhorado, a curto prazo, para ajudar as empresas a lidar com a pressão “tremenda” que estão a sentir. Zheng Anting defende a distribuição de um subsídio mensal até 5.000 patacas para os residentes

DEPUTADOS ouvidos pelo jornal Ou Mun defendem que, as nove medidas de apoio económico no valor de 10 milhões de patacas anunciados no início do presente surto devem ser ajustadas para beneficiar mais residentes e empresas. Além disso, Chui Sai Peng, Ip Sio Kai, Wang Sai Man e Zheng Anting consideram que, dado que o actual estado de confinamento parcial de Macau irá “inevitavelmente” afectar ainda mais as empresas, os apoios devem ser aprovados pela Assembleia Legislativa (AL) e lançados o mais rápido possível.

Apesar de considerarem que o encerramento das actividades não essenciais em Macau é uma “decisão acertada” que resultou de “uma análise exaustiva e de estudos profundos”, os deputados eleitos pela via indirecta, Chui Sai Peng, Ip Sio Kai e Wang Sai Man apontam que a medida pode contribuir para o “colapso em grande escala” de muitas pequenas e médias empresas (PME) do território. Facto que, a acontecer, terá “efeitos negativos irreversíveis no emprego e na economia”, consideram.

Por isso mesmo e para evitar males maiores, o trio de deputados sugeriu que o Governo não



Zheng Anting defende que o Governo deve ir mais longe e atribuir um subsídio mensal entre 3.000 e 5.000 patacas durante seis meses

só acelere a implementação do novo pacote de apoio financeiro o quanto antes, mas também que alargue “o grupo de beneficiários” e atribua mais subsídios destinados às empresas que se mantêm em funcionamento e asseguram os postos de trabalho dos residentes, apesar da crise.

Chui Sai Peng, Ip Sio Kai e Wang Sai Man consideram ainda

que devem ler lançadas medidas “mais precisas” e outras de “carácter excepcional” para apoiar os sectores e empresas específicas e aqueles que trabalham em regime de freelance.

Situação limite

Também o deputado Zheng Anting considera que o estado de confinamento parcial a que

Macau estará submetido até ao próximo dia 18 de Julho “irá inevitavelmente afectar a capacidade de subsistência de empresas e residentes” e sugere que o Governo alargue o espectro dos apoios económicos, de forma a beneficiar mais cidadãos afectados pela crise inerente à pandemia.

“Aqueles que têm estado em regime de licença sem vencimento ou que trabalham de forma intermitente também precisam de apoio e, neste momento, não são elegíveis para receber. Além disso, as donas de casa e os menores cuja principal fonte de subsistência é o rendimento de outros membros do agregado familiar que trabalham fora de casa, também irão ser afectados pela queda súbita de rendimentos [devido à suspensão de actividades]”, referiu o deputado.

Perante este cenário, Zheng Anting defende que o Governo deve ir mais longe e atribuir, adicionalmente, um subsídio mensal entre 3.000 e 5.000 patacas durante seis meses para todos os residentes que estiveram em Macau por um período superior a 183 dias no ano passado, bem como trabalhadores, estudantes e reformados que vivam no Interior da China. ■ Pedro Arede com N.W.

RÓMULO SANTOS



CONFINAMENTO LEI CHAN U PEDE À POPULAÇÃO PARA FICAR EM CASA

LEI Chan U, legislador ligado à Federação das Associações dos Operários de Macau (FAOM), expressou o apoio à medida imposta pelo Governo que ditou o encerramento de serviços não essenciais e limites à circulação até 18 de Julho. Em declarações ao jornal Ou Mun, o deputado apelou à população para permanecer em casa, apesar de reconhecer a exaustão provocada por 20 dias de luta contra o surto.

Porém, o representante dos Operários afirma que não é altura para desistir, pois Macau enfrenta um período crítico, e pede a colaboração total dos cidadãos perante as medidas implementadas pelas autoridades.

No capítulo laboral, Lei Chan U recordou que, de acordo com a legislação que regula as relações de trabalho, os patrões não estão obrigados a pagar salários porque se considerar que a suspensão de serviços se deve a caso de força maior. Recorde-se que o deputado é dirigente de uma das mais poderosas associações políticas de defesa dos direitos dos trabalhadores de Macau.

Portanto, com um ambiente económico marcado pelo iminente encerramento de empresas, Lei Chan U pediu ao Governo para reforçar as medidas de apoio à população e PME, sugerindo como referência as medidas implementadas pelo Executivo de Hong Kong com o objectivo de reduzir os encargos económicos de empresários e trabalhadores. ■ N. W.

Quarentena Wong Kit Cheng pede subsídios para quem não pode trabalhar

A deputada Wong Kit Cheng espera que o Governo se inspire no exemplo de Hong Kong e atribua subsídios a funcionários impedidos de trabalhar devido à obrigação de cumprir quarentenas em hotéis designados ou nas zonas vermelhas. Em comunicado, a deputada recorda que desde o início do surto, várias lojas localizadas nas zonas

vermelhas foram obrigadas a suspender o funcionamento e muitos cidadãos ficaram impedidos de trabalhar por verem o seu código de saúde convertido na cor amarela ou vermelha. Além disso, aponta, o facto de Macau estar em confinamento parcial durante uma semana poderá levar a que a muitas pequenas e médias empresas

(PME) vejam as suas dificuldades agravadas e que não tenham outra escolha senão fechar portas. Perante este cenário, Wong Kit Cheng defendeu que o Executivo deve rever o pacote de apoio financeiro de 10 mil milhões de patacas de forma a aumentar os montantes a atribuir e o número de beneficiários cobertos pelo plano.



RÓMULO SANTOS


SERVIMOS COM QUALIDADE E PROFISSIONALISMO
Farmácia Lotus
 A sua Farmácia Comunitária
 Nova Tapa Garden, Rua do Seng Lou 401 - 413, Tapa - Macau SAR - Tel. 2883 5088 - www.lotuspharmacy.com

A ANIMA e a MASDAW, duas das maiores associações de defesa dos animais de Macau, criticam as autoridades por proibirem os passeios de animais de estimação na rua, à excepção das idas ao veterinário, alertando para a possibilidade de a medida potenciar problemas de saúde pública.

O Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) voltou ontem a reiterar, em comunicado, que é permitida apenas “a deslocação dos donos para levarem os seus animais para atendimento médico”, tendo sido passada a mesma mensagem na conferência de imprensa do Centro de Coordenação de contingência do novo tipo de coronavírus. “[No domingo] manifestei a posição das autoridades policiais e não tenho mais nada a acrescentar”, frisou Lei Tak Fai, chefe da divisão de relações públicas do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP).

“Foi referido de forma clara que passear o cão não é uma situação prevista no despacho [do Chefe do Executivo], mas levar os animais ao veterinário é possível”, foi ainda dito.

No entanto, Zoe Tang, presidente da ANIMA, declarou que, da parte do IAM, lhe foi comunicada, no sábado, uma informação diferente. “Mencionaram que os donos de cães são aconselhados a passeá-los junto às zonas de residência cumprindo os regulamentos, como usar a máscara N95 ou KN95, e não permanecerem muito tempo na rua. Também sugeriram que os donos tentem ensinar os cães a fazer as suas necessidades em casa”, disse ao HM.

Zoe Tang considera ainda que o despacho do Chefe do Executivo não explicita a proibição de levar os animais à rua. “Esperamos que o Governo possa clarificar e publicar directrizes para reduzir a ansiedade dos donos de animais. O CPSP deveria negociar com o IAM para clarificar esta questão. Recebemos directrizes do IAM de que levar os cães à rua para fazerem as necessidades ou para ir ao veterinário não é uma acção afectada [pelo despacho do Chefe do Executivo]. Parece que existiu falta de comunicação ou um mal-entendido”, disse.

Necessidades caninas

A ANIMA entende que levar os animais à rua é fundamental para o seu bem-estar e saúde, posição também assumida pela Masdaw. “Consideramos que esta situação é uma violência e completamente contranatura. Muitos cães estão habituados a ir à rua, e se não forem podem não fazer as necessidades, gerando-se problemas



“Recebemos directrizes do IAM de que levar os cães à rua para fazerem as necessidades ou para ir ao veterinário não é uma acção afectada [pelo despacho do Chefe do Executivo]. Parece que existiu falta de comunicação ou um mal-entendido.” Zoe Tang, presidente da ANIMA

CONFINAMENTO ASSOCIAÇÕES CRITICAM PROIBIÇÃO DE LEVAR ANIMAIS À RUA

Vidas de cão

Associações de defesa dos direitos dos animais criticam a proibição de passeios de animais na rua, alertando para problemas de saúde pública e mal-estar. A ANIMA recebeu mais de 50 chamadas desde domingo a pedir esclarecimentos e obteve no sábado diferentes explicações do IAM sobre o assunto. Autoridades só admitem idas ao veterinário

SEM CABIMENTO

Quando Sara Abreu abriu a “All Pets Allowed”, empresa que presta apoio a animais, incluindo passeios, não imaginou a situação em que Macau se encontra esta semana. “Esta medida não tem cabimento. Há pessoas que têm animais e não os levam à rua, mas essa não é a realidade para a maioria dos animais de estrangeiros que residem em Macau. A lei de protecção dos animais, que está completamente desactualizada, diz que o dono não deve causar sofrimento aos animais. Muitos dos animais que trato, por exemplo, não conseguem fazer necessidades

em casa, e muitos não conseguem sequer fazer em pavimento de cimento, precisando de uma zona com relva”, exemplificou. Por estes dias, Sara Abreu não tem passeado cães nos trilhos de Coloane, como costumava, realçando as consequências na saúde e bem-estar dos animais por não poderem sair de casa. “Há cães de trabalho que precisam mesmo de sair para fazer exercício, e se não libertarem essa energia, que é própria da raça, começam a ser destrutivos, a sofrer de ansiedade e a ter problemas de saúde.”

MASDAW DE BOLSOS VAZIOS



Se a ANIMA se tem deparado com muitas dificuldades financeiras, a MASDAW não está numa situação diferente, tendo apenas dinheiro para pagar três rendas das instalações que ocupam, cada uma num valor superior a 50 mil patacas. “Estamos numa situação muito complicada com a falta de fundos. Tínhamos muitas pessoas que nos ajudavam a passear os cães, e agora isso não acontece. A maior parte deles estão numa cave”, contou Fátima Galvão.

intestinais. Em termos de salubridade, não é higiénico que pessoas com cães grandes os tenham a fazer necessidades em casa. É um disparate e em mais nenhum sítio do mundo isto aconteceu”, disse Fátima Galvão, presidente da direcção.

A responsável diz conhecer pessoas que levam os animais ao parque de estacionamento do prédio onde vivem. “Sei de um caso em que o polícia teve uma postura compreensiva, mas já circula uma imagem de dois polícias a abordar uma pessoa a passear um cão grande. Caímos em extremos que não são vistos em mais lado nenhum do mundo. O ideal é levar os animais a passar quatro vezes por dia, mas duas vezes já seria bom.” ■ **Andreia Sofia Silva**

5,6%

Empréstimos à habitação aumentaram em Maio face a Abril

Em Maio, os novos empréstimos hipotecários para habitação aprovados pelos bancos de Macau cresceram 5,6 por cento relativamente a Abril de 2022, fixando-se em 1,74 mil milhões de patacas. De acordo com dados divulgados ontem pela Autoridade Monetária de Macau (AMCM), dos novos empréstimos aprovados, 98,1 por cento dizem respeito a residentes locais, representado uma subida de 5,0 por cento. Por outro lado, a componente não-residente cresceu 55,3 por cento para 33,4 milhões de patacas. Em termos trimestrais, entre Março a Maio de 2022, o número médio mensal dos novos empréstimos aprovados atingiu 2,0 mil milhões de patacas, correspondendo a uma descida de 4,8 por cento em comparação com o período anterior (entre Fevereiro a Abril de 2022). Já o número de empréstimos comerciais aprovados em Maio para actividades imobiliárias cresceram 60,4 por cento relativamente ao mês anterior e atingiram 2,65 mil milhões de patacas.

RUI PEDRO CUNHA PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO EUROPEIA EM MACAU

“RAE’s são apelativas para empresas europeias”

FOTOS RÓMULO SANTOS



Acaba de assumir funções como presidente da Câmara de Comércio Europeia em Macau (MECC) em condições adversas, tendo em conta a pandemia. Ainda assim, Rui Pedro Cunha não baixa os braços e defende que a entidade nunca deixou de trabalhar nos bastidores para incentivar trocas comerciais, aguardando melhores dias para a cooperação económica

Como surgiu a oportunidade de estar à frente da câmara de comércio?

A MECC tem como membros as câmaras de comércio dos países europeus em Macau, e também sócios empresariais e individuais que compartilham dos objectivos da MECC. O desafio de liderar a MECC surgiu da Câmara de Comércio Britânica (BritCham), que propôs o meu nome para substituir o anterior Presidente, Henry Brockman, que se ia ausentar de Macau. A nomeação foi bem acolhida pelo conselho de administração e pela assembleia-geral, que aceitou a nomeação e me elegeu para completar o mandato até Outubro 2023.

Que projectos pretende desenvolver?

A mudança de presidente não altera os planos da MECC, que são definidos pelo conselho de administração. Os eventos presenciais estão suspensos devido à situação pandémica. No entanto, as iniciativas de bastidores como a organização de informação

e preparação de eventos continuam a decorrer. A câmara vai continuar a procurar novas formas de dinamizar trocas comerciais e cooperação bilateral entre as comunidades de negócios de Macau e da Europa, perseguindo o objectivo de ajudar ao desenvolvimento da RAEM que, necessariamente, passa pela diversificação económica. A MECC vai também continuar a apostar na comunicação e cooperação entre as câmaras associadas.

Quais os grandes desafios em manter uma câmara de comércio a funcionar na sua plenitude tendo em conta a continuação de medidas restritivas?

Os tempos de incerteza que vivemos afectam toda a sociedade, e a câmara não é excepção, uma vez que a maior parte dos eventos que organiza estão suspensos e só poderão ser retomados quando as regras o permitirem e os membros se sentirem confortáveis para o fazer. Todos aguardamos com expectativa os melhores dias que virão depois de ultrapassada esta crise, e cá estaremos para ajudar os nossos membros a aproveitar as oportunidades que surgirão quando a retoma económica se tornar uma realidade. Não nos podemos focar nas dificuldades, mas sim procurar as oportunidades e manter esperança no futuro.

De que forma pode Macau potenciar as suas relações com a União Europeia (UE), sobretudo em termos comerciais?

Macau tem toda uma história de entreposto comercial entre a China e a Europa e também o resto do mundo. Dentro do contexto actual, as duas regiões administrativas especiais são as que têm um ambiente mais ocidentalizado e, portanto, são mais apelativas para empresas europeias que saibam ver as vantagens desse enquadramento, nomeadamente legal e fiscal.

“É natural que as empresas europeias reconheçam as vantagens da RAEM, e que se queiram basear aqui como primeiro passo para entrar no mercado da Grande Baía, ou até da China Continental.”



“Os tempos de incerteza que vivemos afectam toda a sociedade, e a câmara não é excepção, uma vez que a maior parte dos eventos que organiza estão suspensos e só poderão ser retomados quando as regras o permitirem e os membros se sentirem confortáveis para o fazer.”

Para os negócios funcionarem, não bastam as trocas comerciais pontuais, são necessárias as pessoas que dão continuidade a esses negócios, e com certeza a RAEM saberá encontrar formas de atrair essas pessoas para benefício do desenvolvimento do território.

A câmara de comércio pode representar um papel importante para empresas do mercado da UE que querem chegar ao mercado chinês e, sobretudo, à Grande Baía?

A câmara tem todo o gosto em dar ajuda a empresas europeias que se queiram estabelecer em Macau. É natural que as empresas europeias reconheçam as vantagens da RAEM, e que se queiram basear aqui como primeiro passo para entrar no mercado da Grande Baía, ou até da China Continental.

Neste contexto, a ligação com Hengqin é também fundamental?

Hengqin é uma oportunidade de cooperação mais aprofundada entre a RAEM e a China Continental, e se para a RAEM Hengqin é uma parte fundamental do futuro desenvolvimento do território, para empresas europeias poderá ser também uma oportunidade que não deve ser ignorada. Depende muito do sector de

“A interdependência económica entre a China e a UE é cada vez maior. Não nos devemos iludir quanto ao peso que as RAE’s têm neste enquadramento.”

actividade das empresas em questão estar ou não dentro da actual lista de sectores prioritários de Hengqin.

Quais os principais feitos obtidos pela MECC até à data?

Não me compete colher os louros do muito trabalho feito no passado, estando eu a entrar agora. Mas importa reconhecer que a MECC tem tido um papel importante na comunicação e cooperação entre as câmaras dos países europeus em Macau, e entre estas e as entidades oficiais. Não são feitos que tenham visibilidade pública, mas são importantes pelo efeito agregador que têm para a comunidade de negócios europeia no território. Hoje em dia, devido à pandemia, não há visitas oficiais de representantes europeus, mas quando estas visitas

ocorriam a MECC teve uma participação activa e articulava sempre as suas actividades com as do escritório da UE em Hong Kong e Macau.

Que processos ou dossiers mais específicos de investimentos ou pedidos de

“Como os objectivos da MECC se coadunam com os objectivos de desenvolvimento do território, existe uma saudável cooperação com as entidades oficiais que por certo se vai manter no futuro.”

consulta acompanharam nos últimos tempos?

Mais do que consultas, as câmaras de negócio potenciam ligações. Quem faz negócios precisa de sentir alguma segurança nas opções que faz, e o contacto com outras pessoas que enfrentaram questões semelhantes ajuda a tirar dúvidas e consolidar decisões e, por vezes, também surgem oportunidades de cooperação ou novos negócios nesses contactos.

Como descreve a ligação da Câmara de Comércio com as autoridades de Macau, nomeadamente com o IPIM [Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau], no fomento de relações comerciais?

A MECC mantém relações cordiais com as entidades oficiais da RAEM, sem razões de queixa, e não se substitui a nenhuma delas nas respectivas funções. O IPIM, em particular, tem apoiado bastante as câmaras de comércio, apesar das condições económicas adversas dos últimos anos. Como os objectivos da MECC se coadunam com os objectivos de desenvolvimento do território, existe uma saudável cooperação com as entidades oficiais que por certo se vai manter no futuro.

Acha que a UE tem encarado as RAE’s tendo em conta o potencial destes territórios?

A RAEM tem um grande potencial como porta de comércio para a China Continental, principalmente para os países lusófonos. Portanto, é natural que as estruturas geo-económicas estejam atentas às oportunidades que daí podem surgir. Existem em Macau várias empresas europeias a operar e a desenvolver bom trabalho. À medida que outras tomam conhecimento das vantagens de terem uma presença na RAEM, surgirão com certeza mais empresas interessadas. A UE já é o maior parceiro de comércio internacional da China, tendo ultrapassado os EUA em 2021, e a China é a maior fonte de importações da EU. Portanto, a interdependência económica entre a China e a UE é cada vez maior. Não nos devemos iludir quanto ao peso que as RAE’s têm neste enquadramento, mas faz sentido que, quer a China, quer a Europa, tenham a ganhar com o desenvolvimento económico da RAEM enquadrada do projecto da Grande Baía. ■

Andreia Sofia Silva

HENAN DETENTORES DE DEPÓSITOS ENFRENTAM POLÍCIA

A grande golpada

Detentores de depósitos em bancos chineses enfrentaram a polícia, no domingo, na província de Henan, num caso que já chamara a atenção após as autoridades tentarem usar a aplicação de rastreamento da covid-19 para impedir a mobilização

CENTENAS de pessoas ergueram faixas e gritaram palavras de ordem nos degraus da entrada da agência do Banco Popular da China (banco central), na cidade de Zhengzhou, a capital da província central de Henan, que fica a cerca de 620 quilómetros a sudoeste de Pequim, segundo o jornal de Hong Kong South China Morning Post.

Um vídeo difundido nas redes sociais mostra agentes de segurança à paisana em confrontos com a multidão. Outros vídeos mostram manifestantes a serem empurrados nas escadas por seguranças vestidos com camisas brancas ou pretas lisas.

Os manifestantes estão entre os milhares de clientes que abriram contas em seis bancos rurais em Henan e na província vizinha de Anhui que ofereciam taxas de juros mais altas. Os depositantes foram depois impedidos de retirar os seus fundos, após a imprensa local ter noticiado que o chefe da empresa que controla os bancos, e Henan Xincaifu Group Invest-

ment Holding, tinha fugido e é procurado por crimes financeiros.

As faixas erguidas pelos manifestantes acusavam o Governo de Henan de “violência e corrupção” e pediam a intervenção do primeiro-ministro chinês: “Li Keqiang, venha investigar Henan!”.

A Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da província declarou no domingo à noite que está a “investigar a situação financeira” dos bancos e que “vai elaborar um plano de compensação em breve”.

De acordo com cálculos da imprensa local, até 400.000 clientes, com um total de 40.000 milhões de yuans depositados naqueles bancos, podem ser afectados.

Exame de código

No mês passado, as autoridades de Henan foram acusadas de uso indevido da aplicação de rastreamento e armazenagem dos resultados dos testes para a covid-19, imprescindíveis para viajar e aceder a locais públicos na China, para impedir protestos pelos depositantes.

O código QR de pessoas que tentaram deslocar-se até Henan, após os bancos locais terem suspendido transferências e levantamentos, ficou subitamente vermelho, o que impede viagens para outros territórios ou acesso a locais públicos, ao chegar a Henan ou mesmo antes de começarem a viagem.

De acordo com os regulamentos daquela província, apenas podem ser atribuídos códigos vermelhos a pessoas que sejam casos confirmados de covid-19, contactos directos de casos positivos ou que cheguem do estrangeiro ou de zonas do país consideradas de risco.

O assunto gerou debate na rede social Weibo - o equivalente local do Twitter, que está bloqueado no país asiático -, onde alguns internautas manifestaram a sua indignação pelo abuso de uma ferramenta de prevenção epidémica.

“O código de saúde já se tornou uma ferramenta política”, lamentou um internauta. Cinco funcionários de Zhengzhou foram posteriormente punidos na sequência daquele caso. ■



As faixas erguidas pelos manifestantes acusavam o Governo de Henan de “violência e corrupção” e pediam a intervenção do primeiro-ministro chinês: “Li Keqiang, venha investigar Henan!”

Causa e efeito

■ Aviação regista perdas recorde no 1.º semestre do ano



yuans. No entanto, desde o início da pandemia da covid-19, a indústria acumulou perdas no valor de “quase 300 mil milhões de yuan”, disse Song.

O responsável lamentou ainda a “crescente pressão de custos”, devido em parte à “forte subida dos preços internacionais do petróleo”, tendência que prevê que se mantenha durante o resto do ano.

Circuito fechado

A China autoriza também apenas um voo internacional por cidade e por companhia aérea, o que reduziu o número de ligações aéreas internacionais para o país em 98 por cento, face ao período pré-pandemia.

Os voos para a China estão ainda sujeitos à política “circuit breaker” (“interruptor”, em português), em que quando são detectados cinco ou mais casos a bordo, a ligação é suspensa por duas semanas. Caso haja dez ou mais casos, a ligação é suspensa por um mês.

Para reduzir o tráfego aéreo internacional, as autoridades chinesas suspenderam, em Julho passado, a emissão de novos passaportes para a sua população, com excepções em casos de viagens de emergência, estudo ou trabalho. ■

AS perdas da aviação comercial chinesa ascenderam a 108,9 mil milhões de yuans, no primeiro semestre do ano, superando o total das perdas sofridas em todo o ano de 2021.

“Devido ao impacto da pandemia da covid-19, a indústria caiu para um novo mínimo, no primeiro semestre do ano”, disse Song Zhiyong, director da Administração de Aviação Civil da China (CAAC, na sigla em inglês), citado pela imprensa local.

A China, que mantém uma política de tolerância zero ao novo coronavírus, sofreu uma onda de surtos, entre Março e Junho, atribuídos à variante Ómicron, altamente contagiosa, que causou números recorde de infecções.

Os surtos levaram ao confinamento da

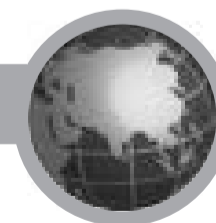
cidade de Xangai e outras áreas no nordeste e sudeste do país, assim como à imposição de restrições na circulação interna de pessoas.

Durante esse período, o volume de voos caiu para 2.967 por dia, um valor que corresponde a cerca de 18 por cento do volume registado no mesmo período de 2019, antes do início da pandemia.

A aviação civil chinesa transportou 118 milhões de passageiros no primeiro semestre de 2022, número que representa 36,7 por cento do volume registado no mesmo período de 2019, segundo a CAAC.

Song Zhiyong lembrou que o sector obteve lucros, durante os 11 anos anteriores à pandemia. Em 2019, os lucros ascenderam a 54.900 milhões de

Região



Coreia do Norte Seul denuncia uso de lançadores de foguetes

A Coreia do Sul anunciou nova detecção de uso de lançadores múltiplos de foguetes (MRL) pela Coreia do Norte. “Os militares sul-coreanos detectaram trajetórias do que se acredita ser um lançador múltiplo de foguetes, hoje, domingo, 10 de julho”, disse o Estado-Maior das Forças Armadas sul-coreanas, num comunicado. Esta é a segunda vez no espaço de um mês que Seul detecta o uso deste sistema de armas norte-coreano, que é condenado pela comunidade internacional. A Coreia do Norte,

que está completamente isolada do exterior por causa da pandemia de covid-19 desde 2020, tem ignorado os apelos sul-coreanos ou norte-americanos para retomar as negociações de diálogo sobre desnuclearização, em suspenso desde 2019, e até rejeitou as ofertas de Seul para receber vacinas contra o novo coronavírus. No ano passado, o regime norte-coreano aprovou um plano de modernização de armas, para os próximos cinco anos, que explica a intensificação de testes de projecteis.

O álbum mínimo de Zhang Zongcang

PAULO MAIA E CARMO
texto e ilustração

«Mãos postas na flauta de jade vermelho faziam piar a fénix,/ Um vento pelo céu inteiro tornava manifesta a presença da lua e todo o brilhante esplendor que ela tinha./ Era isto que o príncipe Jin, da dinastia Zhou escutava no alto do monte Gou,/ Não podia crer que era da torre onde estava a princesa Nong Yu que aquele som vinha.»

Xu Yang (1712-1777) o pintor de Suzhou que executou o grande rolo horizontal que representa a entrada do imperador Qianlong na sua cidade ao longo do Grande Canal (tinta e cor sobre seda, 68,8 x 1994 cm, no Metmuseum) entrou ao serviço da corte nessa mesma ocasião, no décimo sexto ano do seu reinado (1751). A forma como de imediato lhe foi atribuído o grau máximo entre os pintores ao serviço do imperador revela o modo como o monarca entendia o seu domínio, um exercício de poder e representação. Na mesma ocasião em que Xu Yang é escolhido por Qianlong (r. 1735-96) outro pintor de Suzhou seria seleccionado pelo mesmo método arbitrário da simples apresentação de pinturas para apreciação pessoal do imperador. Zhang Zongcang (1686-1756) esse outro pintor de Suzhou, que foi eleito ao apresentar dezasseis vistas da região de Wu, faria para o monarca um álbum de paisagens, datável de 1751-54, incrivelmente pequeno (3,7 x 4,4 cm, oito folhas, tinta e cor sobre papel, no Metmuseum) concebido na tradição erudita em voga depois da exposição teórica de Dong Qichang da dicotomia Sul-Norte (Nanbei zong) pelo que não pode ser avaliado como uma proeza técnica mas como distintiva manifestação do poder do imperador de apresentar, nomear ou transformar o mundo ou a si próprio. O que torna ainda mais relevante a avaliação que Qianlong fez desse pintor, colocando-o ao lado de notáveis pintores da transição

Yuan-Ming: «Outros pintavam segundo regras, As pinturas de Zongcang personificam o espírito. Sem par, ao que parece, entre os actuais, Será talvez comparável aos antigos; Huang, o louco (Dachi Daoren, Huang Gongwang) e Ni (Nizan) o distante e reservado, É desta divina essência que ele provém.» O álbum podia ser transportado na manga da cabaia, para ser apreciado em qualquer ocasião e na sua caixa de madeira, guardado numa gaveta das pequenas «arcas de muitos tesouros» (duobao ge) em que alguns viram já uma similitude com os gabinetes de curiosidades europeus.

Zhang Zongcang terá sido dos pintores que interpretaram mais de perto o ponto de vista de Qianlong. Nalgumas pinturas ele mostrou o conhecimento, que partilhava com o imperador, da arte da pintura como no álbum de poemas e paisagens, visível no Museu de Arte Asiática de S. Francisco (15,2 x 22,2 cm). Numa outra paisagem que está no Museu do Palácio Nacional, em Taipé (rolo vertical, 138,1 x 64,3 cm) que originalmente estaria colada numa parede, o imperador escreveu treze poemas ao longo de anos, e num grande rochedo deixado em branco no centro da representação, escreveu o carácter shen, a divindade. Ali perto podem ver-se dois literatos conversando junto de uma janela de uma casa grande, ao pé de uma cascata. O som da água corrente acompanhando o diálogo, sublinhava o tempo a passar no mundo onde o imperador actuava, modificando-o enquanto o observava.



macau visto de hong kong David Chan

PROTEGER OS VOLUNTÁRIOS

NO PASSADO DIA 8, Macau levou a cabo a sexta ronda de testes gerais. Registou-se uma agressão por parte de um estrangeiro a um voluntário. A comunicação social assinalou que o estrangeiro não respeitou a ordem da fila, o que levou à intervenção do voluntário e acabou por dar origem a uma discussão, na sequência da qual o voluntário foi agredido. Posteriormente, a Polícia declarou que o agressor vai ser acusado de conduta criminosa, mais especificamente de - “danos à integridade física”.

Este caso não tem muito que saber, mas existem algumas questões que devem ser ponderadas.

O surto epidémico em Macau começou em Junho, há cerca de um mês. Desde então realizaram-se várias rondas de testes gerais. Sempre que se realiza uma destas rondas de testes, os residentes passam entre meia hora a uma hora nas filas, o que os deixa ansiosos. Os voluntários que prestam assistência nos postos de testagem trabalham mais de dez horas por dia e têm períodos de descanso muito reduzidos. Usam equipamento de protecção, que lhes dificulta as idas à casa de banho. Além disso, quase que não conseguem beber água. Por isso, os voluntários ficam facilmente confusos. A irritabilidade dos residentes, a confusão dos voluntários e a onda epidémica que se está a viver criam condições para mal-entendidos. Para a próxima semana serão realizadas mais três rondas de testes gerais. A situação que cria ansiedade e confusão vai continuar. Devemos tomar medidas para evitar que incidentes deste género voltem a acontecer.

Os envolvidos no caso afirmaram que o vão levar até às últimas consequências, e a Polícia vai acusar os agressores de “danos à integridade física”. Estas medidas têm pouco significado prático. Basta pensar, se em Macau, um indivíduo agredir ligeiramente outro, este pode ficar ligeiramente ferido. O agressor será acusado de “danos à integridade física”. Portanto, este método apenas significa que o agressor será alvo de procedimento criminal, circunstância a que todos ficam sujeitos na mesma situação. Este método não cria uma legislação especial para proteger os voluntários; ou seja, este método não leva em consideração que os voluntários estão ao serviço do bem-estar social, e que atacar voluntários é atacar o bem-estar de todos.

No exemplo acima apontado, se a pessoa agredida ficar magoada e tiver de ficar em casa durante três dias, pode levantar um processo ao agressor, para ser compensada pelas despesas médicas e pela perda de salário referente aos dias que faltou. Estes são os prejuízos que sofreu na sequência do ataque. A situação dos voluntários é muito especial. O actual sistema de saúde de Macau implica que os residentes têm de



pagar parte dos tratamentos e dos exames a que são sujeitos; ou seja, um voluntário agredido enquanto presta serviço a bem da comunidade terá de pagar parte do seu tratamento.

Os voluntários não são pagos. Neste contexto epidémico, têm ajudado o Governo a levar a cabo várias rondas de testes gerais e têm-se exposto a um trabalho de alto risco, colocando-se ao serviço da população e procurando trabalhar em prol do bem-estar comum. O voluntariado é um serviço nobre que tem de ser respeitado. Uma vez que não há remuneração, para além de se cobrir as suas despesas hospitalares, que compensação pode um voluntário obter depois de ser atacado?

A relação entre os voluntários e o Governo não é uma relação empregador-empregado. Nas relações laborais, os empregadores são regulados por lei e devem adquirir um seguro de trabalho para os seus empregados. Os trabalhadores que sofrem lesões no trabalho podem ser compensados pelo seguro. A compensação mais comum é, naturalmente, a cobertura das despesas hospitalares e dos salários referentes aos dias de baixa, o que não se aplica no caso dos voluntários.

De acordo com o actual sistema de saúde de Macau, e na ausência de seguro, o voluntário tem de pagar os seus próprios

tratamentos. Embora, em caso de agressão, possa processar o agressor, não pode ser compensado pelos eventuais prejuízos.

Por que devemos considerar a questão da compensação para os voluntários? Porque os voluntários servem a população sem qualquer remuneração, trabalham a bem da sociedade e do bem-estar de todos. Se não existir um bom

sistema e uma legislação sólida para proteger a segurança dos voluntários, que garanta que terão tratamento adequado e compensação na eventualidade de um incidente, as pessoas vão constatar que “não existe recompensa para o trabalho pelo bem comum e que, se forem atacados, têm de pagar o seu próprio tratamento.” Este cenário só as vai assustar. Quem é que vai querer voluntariar-se de futuro, e continuar a trabalhar em prol da sociedade e do bem-estar comum? Se não houver voluntários, quem é que vai prestar assistência nos postos de testagem? Se ninguém responder ao apelo do Governo, toda a sociedade de Macau vai ser penalizada. Gostavam de ver isto a acontecer?

Portanto, esperamos que o Governo considere cobrir as despesas hospitalares e da compra de medicamentos dos voluntários; prestar-lhes toda a assistência possível no decurso do seu trabalho em prol do bem-estar social. O voluntário deve ser valorizado pelo Governo e deve ser respeitado pela sociedade. O Governo deve também considerar a criação de um conjunto de sistemas e de leis sólidas para proteger os voluntários no decurso do seu trabalho em prol do bem-estar social. Esperamos que o voluntário que foi agredido recupere rapidamente, possa voltar a servir-nos a todos, e que possa receber respeito, amor e cuidado por parte da população. ■

O voluntário deve ser valorizado pelo Governo e deve ser respeitado pela sociedade. O Governo deve também considerar a criação de um conjunto de sistemas e de leis sólidas para proteger os voluntários no decurso do seu trabalho em prol do bem-estar social.

SAÚDE CONFIRMADO CASO DE CÓLERA EM WUHAN

A Universidade de Wuhan, no centro da China, confirmou ontem um caso suspeito de cólera detectado entre os seus alunos, no último sábado, informou a imprensa local. Um hospital local em Wuhan, cidade do centro da China onde foram diagnosticados os primeiros casos de covid-19, informou o Centro de Controlo e Prevenção de Doenças local, no sábado, sobre um paciente com diarreia, vómito e febre baixa, todos sintomas causados pela bactéria “Vibrio cholerae”.

Após os testes sorológicos, cujo resultado é emitido em 48 horas, as autoridades de saúde confirmaram que o estudante testou positivo para o sorogrupo vibrio cholerae O139, um dos dois que causam surtos de cólera e que, sem tratamento adequado, pode ser letal.

O paciente iniciou imediatamente tratamento após o diagnóstico e os sintomas desapareceram, segundo as autoridades, que montaram um dispositivo de investigação para rastrear outras possíveis infeções.

Diferentes instituições foram mobilizadas para gerir a testagem e monitoramento das pessoas afectadas. Os locais de risco de contágio foram temporariamente encerrados e desinfetados.

Os alunos da Faculdade de Engenharia, na qual o aluno que testou positivo para a doença está matriculado, tiveram de realizar testes para determinar se há mais infectados.

Na China, a cólera é considerada uma doença infecciosa classe A, e a época de alta incidência de infeções é entre Maio e Outubro de cada ano.

De acordo com dados publicados anteriormente pelo Gabinete de Controlo e Prevenção de Doenças da Comissão Nacional de Saúde, entre 2020 e 2021, foram notificados 16 casos de cólera em todo o país, sem registo de óbitos. ■



COLIGAÇÃO NO GOVERNO DO JAPÃO CONSOLIDOU MAIORIA

Votos que pesam



A coligação que governa o Japão consolidou a maioria no Senado nas eleições de domingo, marcadas pelo assassinato, dois dias antes, do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, cujo velório foi realizado ontem à noite em Tóquio.

Os japoneses, ainda em choque, votaram no domingo para renovar metade da câmara alta do parlamento, a favor do Partido Liberal Democrático (PLD, direita nacionalista), do primeiro-ministro, Fumio Kishida, que considerou “importante que as eleições tenham decorrido normalmente”, apesar do contexto dramático.

A coligação formada pelo PLD e pelo seu aliado Komeito obteve uma grande vitória eleitoral, conquistando 76 dos 125 assentos em jogo contra 69 antes da votação e passando a controlar 146 dos 248 lugares no

Senado, segundo os resultados finais. Com outros dois partidos com os quais são possíveis alianças em certos temas, o PLD e o Komeito contam até com uma “supermaioria” de dois terços no Senado, o que potencialmente lhes permitirá abrir caminho para a revisão da Constituição pacifista do Japão, com a qual sonhava Shinzo Abe, ex-líder do LDP.

Kishida afirmou ontem que a vitória eleitoral tornou possível “proteger o Japão” e continuar a luta de Abe, adiantando que quer “aprofundar o debate parlamentar sobre a Constituição de forma a poder desenvolver uma proposta concreta de alteração” com vista a um referendo.

A principal força da oposição, o Partido Democrático Constitucional (PDC, de centro-esquerda) garantiu apenas 17 assentos (menos seis do que os que tinha antes da eleição). Por outro lado, 35 mulheres foram

eleitas no domingo, um recorde nas eleições para a câmara alta japonesa. A participação foi de 52 por cento, contra 49 por cento nas eleições senatoriais anteriores em 2019.

Na sombra de Abe

A campanha eleitoral foi dominada em particular pelo aumento dos preços devido à subida dos custos do petróleo e outras matérias-primas e pelos riscos de falta de fornecimento de electricidade, já que a onda de calor que afecta o país desde o final de Junho levanta receios de interrupções na rede.

A eleição foi ofuscada pelo ataque de sexta-feira a Abe, durante um comício eleitoral em Nara.

O funeral deverá ocorrer hoje, no templo budista Zojoji, com a presença apenas de parentes de Abe, sendo depois seguido de uma homenagem pública em data posterior. ■

CHINA VENDAS DE AUTOMÓVEIS RECUPERAM EM JUNHO

AS vendas de automóveis na China registaram uma subida homóloga de 3,4 por cento no primeiro semestre de 2022, impulsionadas por um forte aumento no mês de Junho, após as autoridades terem aliviado medidas de prevenção epidémica.

As vendas de automóveis no período entre Janeiro e Junho subiram para 10,4 milhões de unidades, de acordo com a As-

sociação Chinesa de Fabricantes de Automóveis. Só no mês de Junho aumentaram 41,2 por cento, em relação ao mesmo mês do ano anterior, para 2,2 milhões de unidades.

Por seu lado, as vendas totais de veículos, incluindo camiões e autocarros, caíram 6,6 por cento, em relação ao ano anterior no primeiro semestre, para 12,1 milhões de unidades, informou a mesma fonte. Mas em Junho as

vendas totais subiram 23,8 por cento, para 2,5 milhões.

O declínio nas vendas totais foi menos severo do que a estimativa de contração de 7,1 por cento, divulgada na sexta-feira pela Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis, com base nos dados fornecidos pelas principais marcas. O crescimento nas vendas em Junho foi mais forte do que a estimativa anterior de 20,9 por cento. ■



Internet Governo quer apoiar escolas e famílias sobre uso seguro

A Direcção dos Serviços de Educação e Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) e o Instituto de Acção Social (IAS) planeiam organizar acções de apoio dirigidas a escolas e famílias sobre o uso saudável da internet dos mais novos. Em resposta a interpelação escrita do deputado Ngan Iek Hang, o director da DSEDJ Kong Chi Meng garantiu que “pretende criar, nos alunos, uma atitude correcta em relação ao uso da internet e à literacia digital, através da ‘base de dados de educação moral e cívica’ e da formação de pessoal docente, bem como da realização de actividades temáticas”. Além disso, “pretende-se ainda dar apoio às escolas na construção de equipas profissionais de educação moral, bem como financiamento a instituições que prestam serviço de aconselhamento a alunos”. O IAS tem na agenda para este ano projectos “a fim de levar os encarregados de educação e os seus educandos a debaterem, em conjunto, as vantagens, desvantagens e segurança da utilização da Internet”.

CCP Rita Santos reúne com secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais

Rita Santos, na qualidade de presidente do conselho regional para a Ásia e Oceânia do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), reuniu com Bernardo Sousa Reis, chefe de gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes. Um dos assuntos abordados foi a situação de 11 aposentados “indevidamente tributados com o IRS”. António Mendonça Mendes terá prometido “que iria acompanhar este assunto para que seja resolvido com a maior brevidade possível”. Sobre a eliminação da obrigatoriedade do representante fiscal para muitas acções em Portugal, nomeadamente a aquisição de imóveis, ficou a promessa de enviar um resumo dos novos procedimentos, traduzido para chinês, para os residentes de Macau.

